

**Rio Paranapanema Energia S.A. e
Controlada**
**Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas**

Referentes ao Período de Três e Nove Meses findos
em 30 de setembro de 2017 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	4
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .	11
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONTROLADORA.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	18
1. INFORMAÇÕES GERAIS	18
1.1. Reorganização societária.....	18
1.2. Contexto operacional	18
1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)	19
1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas.....	20
1.5. Marco legal do setor elétrico	20
1.6. Leilão de oferta pública de ações	20
1.7. Aprovação das demonstrações financeiras.....	21
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
2.1. Base de preparação	21
2.2. Consolidação.....	22
2.3. Contratos de Concessão.....	22
2.4. Resoluções Autorizativas	22
2.5. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	22
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	23
4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO.....	23
4.1. Análise da sensibilidade	23
4.2. Gestão de capital	24
4.3. Estimativa do valor justo.....	24
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	24
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
7. CLIENTES	25
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER	26
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado.....	26
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	27
10. INVESTIMENTO	27
11. IMOBILIZADO	28
12. INTANGÍVEL	29
13. FORNECEDORES	31
14. ARBITRAGEM	31
15. PARTES RELACIONADAS.....	32
15.1. Transações e saldos	32
15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração.....	32
16. DEBÊNTURES	33
16.1. Composição e vencimento	33
16.2. Movimentação	33
16.3. Sétima emissão de debêntures	34
16.4. Covenants Financeiros.....	34
16.5. Covenants Não Financeiros.....	35
17. EMPRÉSTIMO	35
17.1. Composição e vencimento	35
17.2. Movimentação	35
18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	35
19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	36
20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS	36

20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	36
20.2. Contingências possíveis	37
21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)	38
22. ENCARGOS SETORIAIS	38
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
23.1. Capital Social.....	38
23.2. Reservas de Capital.....	39
23.3. Reservas de Lucros	39
23.4. Lucros acumulados	39
23.5. Ajustes de avaliação patrimonial	40
24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	41
25. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	41
25.1. Energia elétrica vendida.....	41
25.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	43
25.3. Encargos de uso da rede elétrica.....	43
26. RESULTADO FINANCEIRO	44
27. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	45
28. LUCRO POR AÇÃO	46
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	47
29.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial	47
29.2. Risco de liquidez.....	47
30. SEGUROS	47
31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA.....	48
32. COMPROMISSOS	48
32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	48
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	48
33.1. Liquidação financeira (CCEE).....	48
33.2. Dividendos	48
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	49



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Rio Paranapanema Energia S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditória e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2016 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de novembro de 2016 e 16 de março de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 9 de novembro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações pelos devidos órgãos reguladores, foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (“DEIBH”) da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (“CTG Lux”).

Em conexão da transferência do controle acionário da Companhia, a Duke Energy International Geração Paranapanema S.A passa a ser denominada Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda., passa a ser denominada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Principais indicadores (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2017	3T2016	
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	382.966	384.635	-0,4
(-) Deduções à receita operacional	(44.743)	(40.523)	-10,4
Receita operacional líquida	338.223	344.112	-1,7
(-) Despesas operacionais	(357.610)	(188.955)	-89,3
Resultado do serviço	(19.387)	155.157	-112,5
Ebitda	36.932	211.390	-82,5
<i>Margem ebitda - %</i>	<i>10,9%</i>	<i>61,4%</i>	<i>-50,5 pp</i>
Resultado financeiro	(13.046)	(29.371)	55,6
Resultado operacional	(32.433)	125.786	-125,8
(Prejuízo) / lucro líquido do período	(21.793)	83.880	-126,0
<i>Margem líquida - %</i>	<i>-6,4%</i>	<i>24,4%</i>	<i>-30,8 pp</i>
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
(Prejuízo) / lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	(230,77)	888,25	-126,0

Dos valores consolidados apresentados acima, a controlada representa 2,5% da receita operacional líquida, ou R\$ 8,5 milhões (2,1% ou R\$ 7,1 milhões no 3º trimestre de 2016), 3,0% da despesa operacional, ou R\$ 10,8 milhões (2,6% ou R\$ 5,0 milhões no 3º trimestre de 2016) e 7,6% do prejuízo líquido registrado no trimestre, representando R\$ 1,6 milhões (3,3% ou R\$ 2,9 milhões do lucro registrado no 3º trimestre de 2016).

	Consolidado		% Variação
	30/09/2017	30/09/2016	
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.410.825	4.363.111	1,1
Dívidas em moeda nacional	1.462.294	1.500.871	-2,6
Patrimônio líquido	1.981.628	2.063.170	-4,0

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2017	3T2016	
Energia elétrica comprada para revenda	(211.381)	(32.333)	-553,8
Depreciação e amortização	(56.319)	(56.233)	-0,2
Encargos de uso da rede elétrica	(30.512)	(28.655)	-6,5
Pessoal	(21.377)	(23.059)	7,3
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(17.714)	(20.748)	14,6
Serviços de terceiros	(13.185)	(13.174)	-0,1
Seguros	(2.910)	(2.665)	-9,2
Aluguéis	(2.121)	(925)	-129,3
Outras	(1.551)	(3.435)	54,8
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.403)	(1.416)	0,9
Material	(1.401)	(934)	-50,0
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	-	(4.721)	100,0
Reversão / (constituição) de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	2.264	(657)	444,6
	(357.610)	(188.955)	-89,3

As despesas operacionais totalizaram R\$ 357,6 milhões no 3º trimestre de 2017, um aumento de 89,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 188,9 milhões).

Os principais fatores que impactaram as despesas operacionais foram:

- Energia comprada para revenda: aumento de R\$ 179,0 milhões, ou 553,8% em relação ao mesmo período do ano anterior devido a retração do cenário hidrológico, representado pelo diminuição dos níveis do GSF – *Generation Scaling Factor* (Fator de Ajuste da Garantia Física);
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: redução de R\$ 3,0 milhões, ou 14,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, essa variação ocorre principalmente devido à redução de 22,7% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 93,35/MWh para R\$ 72,20/MWh a partir de 1º de janeiro de 2017;
- Outras despesas: redução de R\$ 1,8 milhões no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, representado, principalmente, por baixas de ativos relativas às modernizações e reformas na Usina de Capivara ocorrida em 2016;
- Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais: redução de R\$ 4,7 milhões, ou 100% em comparação ao mesmo período do ano anterior, pois de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos externos não ocorreram novas constituições e/ou reversões nas provisões para riscos fiscais, trabalhistas em ambientais no 3º trimestre de 2017;
- Reversão / (constituição) de estimativa para crédito de liquidação duvidosa: redução de R\$ 2,9 milhões, ou 444,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência dos efeitos do recebimento de energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2017	3T2016	
(Prejuízo) / lucro líquido do período	(21.793)	83.880	-126,0%
Imposto de renda e contribuição social	(10.640)	41.906	-125,4%
Resultado financeiro (líquido)	13.046	29.371	-55,6%
Depreciação e amortização	56.319	56.233	0,2%
Ebitda	36.932	211.390	-82,5%
<i>Margem Ebitda</i>		10,9%	61,4%

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda diminuiu 82,5% em comparação ao mesmo período no ano anterior, principalmente em decorrência do aumento das despesas operacionais, representado principalmente em função do aumento da compra de energia, motivado pela redução dos níveis de GSF.

Resultado financeiro (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2017	3T2016	
Receitas	19.078	22.319	-14,5
Despesas	(32.124)	(51.690)	37,9
Resultado financeiro líquido	(13.046)	(29.371)	55,6

O resultado financeiro líquido apresentado no 3º trimestre de 2017 foi negativo em R\$ 13,0 milhões, o que representa um impacto positivo de 55,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa variação ocorreu basicamente em função da redução das despesas financeiras ocorridas principalmente em virtude da quitação do empréstimo CCB e da 3ª emissão de debêntures, além do menor nível dos índices que atualizam as dívidas nos períodos comparados.

Debêntures (em milhares de Reais)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
				30/09/2017	30/09/2016
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	-	77.472
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	84.903	171.335
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	330.536	322.836
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	164.673	250.701
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	303.473	296.170
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.265	160.142
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	219.286	-
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	199.158	-
				1.462.294	1.278.656

O saldo de debêntures da Controladora, no 3º trimestre de 2017, é de R\$ 1.462,3 milhões, superior em 14,4% em comparação aos R\$ 1.278,7 milhões, do mesmo período do ano anterior.

Esse aumento é resultado principalmente da captação da 7^a emissão (ocorrida em setembro de 2017), somado à apropriação contábil de juros e variação monetária, compensados pela quitação da 3^a emissão, pela amortização da 4^a e 5^a emissões (série 1) e pagamento de juros da 4^a, 5^a e 6^a emissões.

Empréstimo (em milhares de Reais)

	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
			30/09/2017	30/09/2016
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	-	222.215

Em 2015, a Controladora realizou captação de empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181 milhões, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo era de dois anos. Não havia ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas. O empréstimo foi liquidado em razão de seu vencimento.

Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	30/09/2017	30/09/2016	
Empréstimo	-	222.215	-100,0
Debêntures	1.462.294	1.278.656	14,4
Curto Prazo	342.436	269.382	27,1
Longo Prazo	1.119.858	1.009.274	11,0
Caixa	(983.117)	(808.663)	-21,6
Dívida Líquida	479.177	692.208	-30,8

A dívida líquida consolidada que é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa. Em comparação com o mesmo período de 2016, recuou em 30,8% principalmente em decorrência da geração de caixa decorrente da operação normal da Companhia e sua Controlada.

Prejuízo líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no terceiro trimestre de 2017, prejuízo líquido de R\$ 21,8 milhões (lucro acumulado de R\$ 215,5 milhões), resultado inferior em 126,0% comparado ao lucro de R\$ 83,8 milhões (acumulado de R\$ 237,5 milhões), registrados no mesmo período do ano anterior.

Esse prejuízo no trimestre decorre basicamente do aumento de 553,8% na compra de energia para revenda, comparando ao mesmo período do ano anterior.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial, o efeito negativo do resultado apurado de sua controlada, no montante de R\$ 1,7 milhões (lucro de R\$ 2,9 milhões no terceiro trimestre de 2016).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	910.907	798.120	983.117	852.563
Clientes	7	136.788	133.371	139.644	135.892
Tributos a recuperar	8	10.858	9.999	12.838	11.276
Serviços em curso		8.882	13.092	8.882	13.092
Despesas antecipadas		10.045	346	10.206	346
Devedores diversos		1.882	1.458	2.273	1.815
Partes relacionadas	15.1	500	151	500	151
Outros ativos		190	115	190	115
Total do ativo circulante		1.080.052	956.652	1.157.650	1.015.250
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	960	960	2.274	2.220
Depósitos judiciais	9	50.387	47.612	50.387	47.612
Fundos vinculados		285	123	285	123
Despesas antecipadas		2.879	3.075	2.879	3.075
Investimentos		220.210	215.242	2	26
Controladas	10	220.208	215.216	-	-
Outros		2	26	2	26
Imobilizado	11	3.005.605	3.129.346	3.160.943	3.290.784
Intangível	12	32.771	28.801	36.405	29.033
Total do ativo não circulante		3.313.097	3.425.159	3.253.175	3.372.873
Total do ativo		4.393.149	4.381.811	4.410.825	4.388.123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante					
Fornecedores	13	552.458	343.844	564.349	347.623
Salários e encargos sociais		10.241	19.006	10.443	19.282
Empréstimos	17	-	230.228	-	230.228
Debêntures	16	342.436	285.383	342.436	285.383
Tributos a recolher	8	206.099	175.816	207.059	176.756
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	3.315	228.692	3.315	228.692
Obrigações estimadas		10.384	7.948	10.623	8.105
Cibacap	18	890	890	890	890
Encargos setoriais	22	25.594	27.815	25.600	27.822
Receitas diferidas		2.270	8.739	2.270	8.739
Outros passivos		336	252	3.646	266
Total do passivo circulante		1.154.023	1.328.613	1.170.631	1.333.786
Não circulante					
Debêntures	16	1.119.858	1.012.140	1.119.858	1.012.140
Receitas diferidas		20.276	4.544	20.931	5.303
Obrigações especiais	21	1.512	1.758	1.512	1.758
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	33.033	32.701	33.445	33.081
Cibacap	18	9.718	9.936	9.718	9.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	44.236	191.797	44.236	191.797
Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	16.842	13.960	16.842	13.960
Encargos setoriais	22	6.297	8.647	6.297	8.647
Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.947	4.947	4.947	4.947
Outros passivos		779	780	780	780
Total do passivo não circulante		1.257.498	1.281.210	1.258.566	1.282.349
Total do passivo		2.411.521	2.609.823	2.429.197	2.616.135
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	23.2	116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros	23.3	156.735	155.753	156.735	155.753
Lucros / (prejuízos) acumulados	23.4	271.998	-	271.998	-
Ajustes de avaliação patrimonial	23.5	596.953	660.293	596.953	660.293
Total do patrimônio líquido		1.981.628	1.771.988	1.981.628	1.771.988
Total do passivo e patrimônio líquido		4.393.149	4.381.811	4.410.825	4.388.123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONTROLADORA
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			
		01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receita operacional líquida	24	329.737	1.083.214	336.987	979.380
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(12.997)	(39.023)	(12.214)	(36.200)
Material		(1.193)	(3.389)	(836)	(2.782)
Serviços de terceiros		(7.844)	(16.244)	(8.158)	(21.458)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.383)	(4.148)	(1.396)	(4.187)
Energia comprada para revenda	25.2	(205.332)	(277.970)	(31.636)	(63.808)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	(30.392)	(88.537)	(28.538)	(80.617)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(17.714)	(49.270)	(20.748)	(66.530)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(53.103)	(159.114)	(53.460)	(160.531)
Reversão / (constituição) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		-	154	(657)	(1.074)
Aluguéis		(2)	(4)	(37)	(111)
Seguros		(2.852)	(8.260)	(2.590)	(7.377)
Outras		(187)	(805)	(227)	(846)
		(332.999)	(646.610)	(160.497)	(445.521)
Resultado bruto		(3.262)	436.604	176.490	533.859
(Despesas) / receitas operacionais					
Pessoal		(7.801)	(33.242)	(10.260)	(29.355)
Material		(111)	(484)	(43)	(110)
Serviços de terceiros		(4.182)	(12.124)	(3.619)	(10.510)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(517)	(1.435)	(439)	(1.291)
Constituição de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		-	(107)	(4.072)	(4.121)
Reversão / (constituição) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7	2.264	2.673	(1.084)	(2.575)
Aluguéis		(2.039)	(3.750)	(823)	(2.706)
Outras		(1.350)	(14.791)	(3.117)	(9.411)
		(13.736)	(63.260)	(23.457)	(60.079)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	(1.654)	4.992	2.905	8.284
(Prejuízo) / lucro operacional		(18.652)	378.336	155.938	482.064
Resultado financeiro	26				
Receitas		17.504	66.789	20.739	54.272
Despesas		(32.089)	(121.959)	(51.662)	(181.531)
		(14.585)	(55.170)	(30.923)	(127.259)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(33.237)	323.166	125.015	354.805
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		(88.049)	(252.241)	(61.150)	(173.242)
Diferido		99.493	144.553	20.015	55.925
		11.444	(107.688)	(41.135)	(117.317)
(Prejuízo) / lucro líquido do período		(21.793)	215.478	83.880	237.488
(Prejuízo) / lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação PN	28	(0,23077)	2,28181	0,88825	2,51488
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação ON	28	(0,23077)	2,28181	0,88825	2,51488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receita operacional líquida	24	338.223	1.107.922	344.112	1.003.389
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(13.576)	(40.620)	(12.799)	(37.858)
Material		(1.290)	(3.826)	(890)	(3.081)
Serviços de terceiros		(8.872)	(19.307)	(9.397)	(24.643)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.403)	(4.210)	(1.416)	(4.249)
Energia comprada para revenda	25.2	(211.381)	(285.570)	(32.333)	(65.526)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	(30.512)	(88.899)	(28.655)	(80.968)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(17.714)	(49.270)	(20.748)	(66.530)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(55.793)	(166.945)	(55.786)	(167.495)
Reversão / (constituição) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		-	154	(527)	(1.197)
Aluguéis		(8)	(15)	(37)	(113)
Seguros		(2.910)	(8.486)	(2.665)	(7.601)
Outras		(188)	(852)	(294)	(952)
		(343.647)	(667.846)	(165.547)	(460.213)
Resultado bruto		(5.424)	440.076	178.565	543.176
(Despesas) / receitas operacionais					
Pessoal		(7.801)	(33.242)	(10.260)	(29.352)
Material		(111)	(519)	(44)	(113)
Serviços de terceiros		(4.313)	(12.546)	(3.777)	(12.138)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(526)	(1.463)	(447)	(1.311)
Constituição de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		-	(107)	(4.194)	(4.243)
Reversão / (constituição) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7	2.264	2.673	(657)	(2.503)
Aluguéis		(2.113)	(3.975)	(888)	(2.864)
Outras		(1.363)	(14.941)	(3.141)	(9.533)
		(13.963)	(64.120)	(23.408)	(62.057)
(Prejuízo) / lucro operacional		(19.387)	375.956	155.157	481.119
Resultado financeiro	26				
Receitas		19.078	71.700	22.319	58.562
Despesas		(32.124)	(122.060)	(51.690)	(182.626)
		(13.046)	(50.360)	(29.371)	(124.064)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(32.433)	325.596	125.786	357.055
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		(88.853)	(254.671)	(61.921)	(175.492)
Diferido		99.493	144.553	20.015	55.925
		10.640	(110.118)	(41.906)	(119.567)
(Prejuízo) / lucro líquido do período		(21.793)	215.478	83.880	237.488
(Prejuízo) / lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação PN	28	(0,23077)	2,28181	0,88250	2,51488
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação ON	28	(0,23077)	2,28181	0,88250	2,51488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Lucro líquido do período	(21.793)	215.478	83.880	237.488
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	499	1.488	219	702
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(170)	(506)	(75)	(239)
	329	982	144	463
Resultado abrangente do período	(21.464)	216.460	84.024	237.951

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 23.5)	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	839.138	116.804	155.753	-	660.293	1.771.988
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	215.478	-	215.478
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	1.488	1.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(506)	(506)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	982	-	(982)	-
	-	-	982	215.478		216.460
Ajuste de depreciação de exercícios anteriores	-	-	-	-	(6.820)	(6.820)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.5)	-	-	-	85.636	(85.636)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(29.116)	29.116	-
	-	-	-	56.520	(63.340)	(6.820)
Saldos em 30 de setembro de 2017	839.138	116.804	156.735	271.998	596.953	1.981.628

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	839.138	105.468	137.134	-	732.143	1.813.883
Resultado abrangente do período						
Lucro líquido do período	-	-	-	237.488	-	237.488
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	702	702
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(239)	(239)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	463	-	(463)	-
Reserva de capital referente ao reembolso da Brasil para Paranapanema referente ao pagamento da arbitragem da controlada	-	11.299	-	-	-	11.299
	-	11.299	463	237.488	-	249.250
Pagamento baseado em ações	-	37	-	-	-	37
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.5)	-	-	-	82.743	(82.743)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(28.133)	28.133	-
	-	37	-	54.610	(54.610)	37
Saldos em 30 de setembro de 2016	839.138	116.804	137.597	292.098	677.533	2.063.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do período	215.478	237.488	215.478	237.488
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	160.549	161.822	168.408	168.806
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	22.244	6.677	22.257	6.706
Ganho pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(144.553)	(55.925)	(144.553)	(55.925)
(Reversão) / constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.672)	2.575	(2.672)	2.503
Juros sobre empréstimo CCB	10.426	23.090	10.426	23.090
Juros sobre debêntures	77.767	91.083	77.767	91.083
Amortização de custos de transação sobre debêntures	1.358	895	1.358	895
Variação monetária sobre debêntures	12.065	35.559	12.065	35.559
(Reversão) / constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(47)	5.195	(47)	5.440
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	1.265	1.961	1.300	2.072
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(3.006)	(3.793)	(3.009)	(3.796)
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	-	871
Equivalência patrimonial	(4.992)	(8.284)	-	-
Pagamento baseado em ações	-	37	-	37
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	(745)	30.318	(1.080)	33.390
Devedores diversos	(424)	(452)	(458)	(480)
Partes relacionadas	(349)	77	(349)	77
Serviços em curso	(2.723)	(4.346)	(2.723)	(4.346)
Fundos vinculados	(162)	(34)	(162)	(34)
Despesas antecipadas	(9.503)	(2.444)	(9.664)	(2.524)
Fornecedores	211.496	123.891	219.608	122.584
Salários e encargos sociais	(8.765)	(1.652)	(8.839)	(1.645)
Impostos, taxas e contribuições	230.259	157.018	231.917	157.016
Obrigações estimadas	2.436	3.464	2.518	3.569
Receita diferida	9.263	(13.593)	9.159	(13.291)
Cibacap	(218)	622	(218)	622
Reversão / (constituição) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(655)	(585)	(655)	(795)
Outras variações ativas e passivas	(6.452)	4.051	(3.156)	3.958
Caixa gerado pelas operações	769.340	794.715	794.676	812.910
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(104.893)	(108.744)	(104.893)	(108.744)
Juros pagos sobre empréstimo CCB	(59.654)	-	(59.654)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(200.835)	(159.341)	(203.230)	(159.355)
Pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota 14)	-	-	-	(15.952)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	403.958	526.630	426.899	528.859
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Reserva de capital referente ao reembolso da Controladora para a Companhia pelo pagamento da arbitragem da Controlada	-	17.119	-	17.119
Recebimento na venda de imobilizado	517	261	517	261
Adições no ativo imobilizado	(57.294)	(40.670)	(58.233)	(41.114)
Adições no ativo intangível	(6.491)	(406)	(10.726)	(406)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(63.268)	(23.696)	(68.442)	(24.140)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Valor recebido pela emissão de debêntures	420.000	160.000	420.000	160.000
Custo de transação pela emissão de debêntures	(3.542)	(1.470)	(3.542)	(1.470)
Pagamento de debêntures	(237.984)	(158.325)	(237.984)	(158.325)
Pagamento de empréstimo	(181.000)	-	(181.000)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(225.377)	(160.330)	(225.377)	(160.330)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(227.903)	(160.125)	(227.903)	(160.125)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	112.787	342.809	130.554	344.594
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	798.120	416.964	852.563	464.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	910.907	759.773	983.117	808.663

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas				
Vendas de energia	1.213.774	1.100.591	1.239.432	1.125.559
Receitas relativas à construção de ativos próprios	57.440	41.094	58.378	41.539
Reversão / (constituição) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	2.673	(2.575)	2.673	(2.503)
	1.273.887	1.139.110	1.300.483	1.164.595
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(366.507)	(144.425)	(374.469)	(146.494)
Materiais e serviços de terceiros	(89.682)	(75.954)	(94.578)	(81.514)
Outros custos operacionais	(22.723)	(21.695)	(23.035)	(22.227)
	(478.912)	(242.074)	(492.082)	(250.235)
Valor adicionado bruto	794.975	897.036	808.401	914.360
Depreciação e amortização	(160.549)	(161.822)	(168.408)	(168.806)
Valor adicionado líquido produzido	634.426	735.214	639.993	745.554
Aluguéis	300	246	300	246
Resultado de equivalência patrimonial	4.992	8.284	-	-
Receitas financeiras	66.789	54.272	71.700	58.562
Valor adicionado recebido em transferência	72.081	62.802	72.000	58.808
Valor adicionado total a distribuir	706.507	798.016	711.993	804.362
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	37.710	35.812	38.564	36.674
Benefícios	9.254	7.810	9.582	8.160
FGTS	5.537	4.183	5.608	4.254
Provisão para gratificação (bônus)	6.263	5.155	6.312	5.212
Participação nos resultados	2.932	2.726	2.997	2.810
Encargos sociais (exceto INSS)	2.660	2.419	2.717	2.475
	64.356	58.105	65.780	59.585
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	284.151	303.036	287.875	306.646
Estaduais	16.627	14.892	16.629	14.894
Municipais	182	147	182	147
	300.960	318.075	304.686	321.687
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	3.754	2.817	3.990	2.977
Juros sobre debêntures	77.767	91.978	77.767	91.978
Juros sobre empréstimos	10.426	23.090	10.426	23.090
Variação monetária sobre debêntures	12.065	35.559	12.065	35.559
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures (Vide nota 14.3)	-	(774)	-	(774)
Outras despesas financeiras	21.701	31.678	21.801	32.772
	125.713	184.348	126.049	185.602
Outros				
Lucros retidos	271.998	292.098	271.998	292.098
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(56.520)	(54.610)	(56.520)	(54.610)
	215.478	237.488	215.478	237.488
Valor adicionado distribuído	706.507	798.016	711.993	804.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE SETEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Reorganização societária

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações publicadas pelos órgãos reguladores, representados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (“DEIBH”) da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (“CTG Lux”).

O contrato de compra e venda representou a aquisição direta, pela CTG Lux, de todas as 735.023 ações preferenciais de emissão da então Duke Energy International Geração Paranapanema S.A. atualmente denominada Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) detidas pela DEIBH (controladora indireta da Companhia) e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brasil Ltda. (atualmente denominada Rio Paranapanema Participações S.A.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia e sua subsidiária.

O *Enterprise Value* do fechamento da operação realizada entre o Grupo Duke Energy e a CTG foi de US\$ 1,2 bilhão.

1.2. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota 10, a Companhia detém 99,99% de participação societária na Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.) (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”).

A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 73.971 na Controladora e R\$ 12.981 no Consolidado (R\$ 371.961 e R\$ 318.536 respectivamente em 31 de dezembro de 2016), principalmente em virtude da captação referente da 7ª emissão de debêntures, compensados pela transferência do saldo da 6ª emissão de debêntures para o passivo circulante que será liquidado em setembro de 2018. Para equalizar esse cenário, a Companhia conta com a recorrente geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ocorrida nos últimos anos, que causou a redução dos reservatórios e elevou o nível do despacho das usinas termoelétricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015 e 2017, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor - GSF* (Fator de Ajuste da Garantia Física).

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) entrou com pedido de liminar para mitigar a exposição das geradoras a este nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito.

Em 02 de julho de 2015, foi concedida liminar em favor da APINE, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até que o mérito da ação seja julgado. Essa liminar foi agravada, mas ainda não há provimento sobre este agravo e a liminar ficou estabilizada desde então. A Companhia efetua o provisionamento dos valores efetivamente recebidos referentes à liminar do GSF na rubrica "Fornecedores" (vide nota 13). O resultado da ação ainda é incerto e a decisão da justiça, quando proferida em primeira instância, está sujeita a recurso, portanto não é possível prever o desfecho nas operações futuras da Companhia e sua Controlada.

Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferecia benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para o período de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem à repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Com essas premissas e após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

A Resolução Normativa ANEEL nº 764/2017, resultado da Audiência Pública nº 45/2016 promovida pelo regulador, definiu as regras para resarcimento parcial, dado aos participantes do MRE, do custo da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM) constantes da Lei 13.203/2015 e importação sem garantia física, alteradas pela Lei 13.360/2016. No entanto, o resarcimento efetivo de que trata tal Normativa ainda depende da aprovação das regras de comercialização para contabilização destes valores pela CCEE, em benefício da Companhia. Espera-se que este regramento seja incorporado ao conjunto de regras de comercialização no início de 2018 com efeito retroativo a abril de 2017.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018.

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que define os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018, resultado da revisão ordinária de garantia física de energia. Desta forma, a partir desta data, haverá uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Paranapanema Energia em relação à garantia física vigente em 30 de setembro de 2017.

Em julho de 2017 por meio do despacho ANEEL – 1943/2017 que homologou os parâmetros referentes a repotênciação da UG–04 da UHE Capivara, resultando em um aumento de 3,3MW da Garantia Física.

1.5. Marco legal do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou Consultas Públicas que visam à reorganização do Setor elétrico Brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”, cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas para o aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão a discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico pro meio de documento consolidado e detalhado intitulado “Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo”.

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A empresa enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que essa é uma medida positiva de diálogo do governo com as diversas áreas do setor no sentido de discutir as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

1.6. Leilão de oferta pública de ações.

De acordo com o fato relevante publicado dia 28 de julho de 2017, foi realizado com sucesso o leilão da oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais em circulação da Companhia realizada pela China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L. (“Ofertante”)

Como resultado do Leilão, a Ofertante adquiriu na data de liquidação financeira da Oferta, 28 de julho de 2017, 1.070.700 (um milhão, setenta mil e setecentas) ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas 1,13% (um inteiro e treze décimos por cento) do capital social total da Companhia. As ações foram adquiridas ao preço unitário de R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 29.530.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e trinta mil, novecentos e seis reais).

Assim, a ofertante, na qualidade de controladora indireta da Companhia, passou a deter indiretamente após a liquidação financeira da Oferta 99,06% (noventa e nove inteiros e seis décimos por cento) ações ordinárias e 93,17 (noventa e três inteiros e dezessete décimos por cento) ações preferenciais de emissão da Companhia, e 96,19% (noventa e seis inteiros e dezenove décimos por cento) do capital social total da Companhia, observado o disposto no parágrafo abaixo.

Adicionalmente, conforme informado no item 7.5 do Edital, 1/3 (um terço) das Ações Objeto da Oferta serão transmitidas ao HUKAI CLEAN ENERGY S.A.R.L. (Clai), pelo mesmo preço oferecido no âmbito da Oferta, ou seja, R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos) por ação, motivo pelo qual a participação final da Ofertante no capital social total da Companhia será ainda alterada ("Transferência Subsequente").]

Uma vez realizada a Transferência Subsequente, a Ofertante passará a deter indiretamente 95,81% (noventa e cinco inteiros e oitenta e um décimos por cento) do capital social total da Companhia.

1.7. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de novembro de 2017.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Informações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

A Controladora está avaliando os novos pronunciamentos e interpretações de CPC/IFRS relativos aos IFRS 9 e IFRS 15, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018, e sobre as alterações no IFRS 16, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

Essa avaliação continuará até a implementação das novas normas e eventuais efeitos que venham a ser reconhecidos serão divulgados oportunamente.

2.2. Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa n.º 10.

2.3. Contratos de Concessão

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão	Controladora
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,7	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	340,8	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999	21/09/2029	
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033	
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033	
						2.241,3	1.113,8		

As informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

2.4. Resoluções Autorizativas

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Autorização	Vencimento Autorização	Controlada
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032	
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032	
						32,5	16,2		

As informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

2.5. *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia declara que as informações sobre o *impairment* de ativos não financeiros descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 2.14 daquelas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 3 daquelas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas n.º 4 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade e gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimo e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	30/09/2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(84.903)	(5.446)	(7.893)	(10.341)	(12.789)	(15.236)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(330.536)	(24.261)	(26.360)	(28.459)	(30.558)	(32.657)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(164.673)	(10.958)	(15.706)	(20.452)	(25.199)	(29.946)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(303.473)	(25.128)	(27.054)	(28.982)	(30.909)	(32.836)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(160.265)	(12.445)	(17.064)	(21.684)	(26.303)	(30.923)
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(219.286)	(13.519)	(19.840)	(26.161)	(32.482)	(38.803)
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(199.158)	(14.280)	(15.544)	(16.809)	(18.074)	(19.338)
			(1.462.294)	(106.037)	(129.461)	(152.888)	(176.314)	(199.739)
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	910.907	52.515	78.772	105.028	131.284
Total da exposição líquida			(551.387)	(53.522)	(50.689)	(47.860)	(45.030)	(42.198)

Dívida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	30/09/2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(84.903)	(5.446)	(7.893)	(10.341)	(12.789)	(15.236)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(330.536)	(24.261)	(26.360)	(28.459)	(30.558)	(32.657)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(164.673)	(10.958)	(15.706)	(20.452)	(25.199)	(29.946)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(303.473)	(25.128)	(27.054)	(28.982)	(30.909)	(32.836)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(160.265)	(12.445)	(17.064)	(21.684)	(26.303)	(30.923)
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(219.286)	(13.519)	(19.840)	(26.161)	(32.482)	(38.803)
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(199.158)	(14.280)	(15.544)	(16.809)	(18.074)	(19.338)
			(1.462.294)	(106.037)	(129.461)	(152.888)	(176.314)	(199.739)
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	983.117	56.677	85.015	113.353	141.691
Total da exposição líquida			(479.177)	(49.360)	(44.446)	(39.535)	(34.623)	(29.710)

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,27%	1,91%	2,54%	3,18%	3,81%

CDI	5,77%	8,65%	11,53%	14,41%	17,30%
-----	-------	-------	--------	--------	--------

4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos (vide nota n.º 17)	-	230.228	-	230.228
Debêntures (vide nota n.º 16)	1.462.294	1.297.523	1.462.294	1.297.523
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota n.º 6)	(910.907)	(798.120)	(983.117)	(852.563)
Dívida líquida	551.387	729.631	479.177	675.188
Patrimônio líquido	1.981.628	1.771.988	1.981.628	1.771.988
Total do capital	2.533.015	2.501.619	2.460.805	2.447.176
Índice de alavancagem financeira (%)*	21,8	29,2	19,5	27,6

*Dívida líquida / total do capital

As variações do saldo de Gestão de Capital decorrem da movimentação normal do período.

4.3. Estimativa do valor justo

A Companhia declara que as informações de como é determinada a estimativa do valor justo descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 4.3 daquelas demonstrações financeiras.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa					
Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
B	BR-1	900.128	639.367	960.803	685.078
B	-	10.776	158.750	22.311	167.482
*	*	3	3	3	3
		910.907	798.120	983.117	852.563

* O saldo de R\$ 3 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	411	410	674	1.015
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário - CDB	910.394	797.616	982.164	851.289
Fundo renda fixa	102	94	279	259
	910.907	798.120	983.117	852.563

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários e fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no

mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

7. CLIENTES

	30/09/2017			Controladora 31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	112.526	204	112.730	118.376	285	118.661
Contratos de leilão	2.862	-	2.862	4.381	-	4.381
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	21.400	-	21.400	13.206	-	13.206
	136.788	204	136.992	135.963	285	136.248
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(204)	(204)	(2.592)	(285)	(2.877)
	136.788	-	136.788	133.371	-	133.371

	30/09/2017			Consolidado 31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	115.380	332	115.712	120.891	413	121.304
Contratos de leilão	2.862	-	2.862	4.381	-	4.381
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	21.402	-	21.402	13.212	-	13.212
	139.644	332	139.976	138.484	413	138.897
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(332)	(332)	(2.592)	(413)	(3.005)
	139.644	-	139.644	135.892	-	135.892

Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldos vincendos	136.788	133.371	139.644	135.892
até 90 dias	-	686	-	686
de 91 até 365 dias	-	1.906	-	1.906
mais de 365 dias	204	285	332	413
	136.992	136.248	139.976	138.897

Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“ECLD”):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.877)	(3.005)
Constituição	(33.119)	(33.136)
Reversão	35.792	35.809
Saldo em 30 de setembro de 2017	(204)	(332)

A variação no saldo de “Estimativa para créditos de liquidação duvidosa” decorre principalmente da reversão ocorrida na liquidação do recebimento de energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

As demais variações do saldo de Clientes decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora						Consolidado	
	30/09/2017		31/12/2016		30/09/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante						
Ativo								
IRPJ e CSLL	6.155	819	9.032	819	8.135	819	10.309	819
PIS e COFINS	4.703	141	967	141	4.703	141	967	141
INSS	-	-	-	-	-	1.314	-	1.260
	10.858	960	9.999	960	12.838	2.274	11.276	2.220
Passivo								
IRPJ e CSLL	192.760	-	152.672	-	193.564	-	153.473	-
PIS e COFINS	11.392	-	11.420	-	11.511	-	11.521	-
ICMS	1.678	-	1.782	-	1.678	-	1.782	-
IRRF sobre JSCP	-	-	9.483	-	-	-	9.483	-
Outros	269	-	459	-	306	-	497	-
	206.099	-	175.816	-	207.059	-	176.756	-
Ativo de imposto diferido								
Diferenças temporárias	-	(245.710)	-	(130.950)	-	(245.710)	-	(130.950)
Liminar GSF	-	(208.016)	-	(113.358)	-	(208.016)	-	(113.358)
Provisões regulatorias	-	(323)	-	(323)	-	(323)	-	(323)
Provisão de contas a pagar	-	(41)	-	(423)	-	(41)	-	(423)
Provisão de bônus e PLR	-	(2.776)	-	(4.151)	-	(2.776)	-	(4.151)
Contingência ambiental	-	(2.102)	-	(2.121)	-	(2.102)	-	(2.121)
Contingência trabalhista	-	(4.665)	-	(4.486)	-	(4.665)	-	(4.486)
Contingência fiscal	-	(4.624)	-	(4.564)	-	(4.624)	-	(4.564)
Valores recebidos a maior RTE	-	(76)	-	(71)	-	(76)	-	(71)
ECLD	-	(23.087)	-	(1.452)	-	(23.087)	-	(1.452)
Benefício fiscal	-	(22.014)	-	(24.488)	-	(22.014)	-	(24.488)
Receita diferida	-	(7.640)	-	(4.491)	-	(7.640)	-	(4.491)
Passivo de imposto diferido								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	307.522	-	340.151	-	307.522	-	340.151
Ajuste atuarial plano de pensão	-	3.222	-	2.716	-	3.222	-	2.716
Mais-valia - Investimento em controlada	-	8.856	-	8.859	-	8.856	-	8.859
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	44.236	-	191.797	-	44.236	-	191.797

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota n.º 23.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(240.646)	158.822	(81.824)	(79.350)
Saldos no final do período	64.760	(42.746)	22.014	24.488

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Amortização do ágio	(7.277)	(8.151)
Reversão da provisão	4.803	5.380
Benefício fiscal	2.474	2.771
Efeito líquido no período	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	Controladora e Consolidado							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	825	2.946	2.630	2.348	2.097	6.367	4.801	22.014

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ambiental	6.202	5.875
Fiscal:	10.593	10.058
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.550	1.471
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	136	129
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ,CSLL e IOF	8.907	8.458
Tusd-g	33.592	31.679
	50.387	47.612

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais, recursais ou não, não relacionados com as provisões para riscos prováveis, descritos na nota explicativa n.º 20, e todos são atualizados monetariamente.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

10. INVESTIMENTO

a) Controlada

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	30/09/2017	31/12/2016
			Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	398.617.358	99,99%	220.208	215.216

b) Movimentação dos investimentos da Controladora

	Controlada
Saldo em 31 de dezembro de 2016	215.216
Equivalência patrimonial	4.992
Saldo em 30 de setembro de 2017	220.208

c) Informações financeiras da Controlada

	Controlada	
	30/09/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	220.208	215.216
Lucro líquido do período	4.992	28.268
Ativo total	237.884	221.527
Receita líquida do período	24.708	31.144

11. IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
			30/09/2017	31/12/2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.376.093	(1.289.812)	2.086.282	2.190.973	4,5%
Edificações, obras civis e benfeitorias	454.849	(190.682)	264.168	283.584	3,4%
Máquinas e equipamentos	913.944	(349.260)	564.685	536.226	4,8%
Veículos	7.182	(3.249)	3.930	5.264	13,5%
Móveis e utensílios	1.477	(1.173)	304	374	4,4%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	4.766.735	(1.834.176)	2.932.559	3.029.611	
Em curso					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatórios, barragens e adutoras	586	-	586	3.067	
Edificações, obras civis e benfeitorias	721	-	721	214	
Máquinas e equipamentos	70.572	-	70.572	95.310	
Veículos	121	-	121	-	
	73.046	-	73.046	99.735	
	4.839.781	(1.834.176)	3.005.605	3.129.346	
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.508)	436	(1.072)	(1.035)	
	4.838.273	(1.833.740)	3.004.533	3.128.311	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
			30/09/2017	31/12/2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	223.698	-	223.698	223.271	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.611.091	(1.310.514)	2.300.578	2.408.716	4,3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	492.412	(194.247)	298.165	318.189	3,3%
Máquinas e equipamentos	1.035.657	(364.634)	671.022	645.257	4,6%
Veículos	7.242	(3.292)	3.950	5.289	13,5%
Móveis e utensílios	1.610	(1.203)	407	484	4,6%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	5.171.035	(1.873.890)	3.297.145	3.400.531	
Em curso					
Terrenos	10.666	-	10.666	10.960	
Reservatórios, barragens e adutoras	586	-	586	3.067	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.319	-	1.319	248	
Máquinas e equipamentos	70.572	-	70.572	95.384	
Veículos	121	-	121	-	
Móveis e utensílios	-	-	-	98	
	83.264	-	83.264	109.757	
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(219.466)	-	(219.466)	(219.504)	
	5.034.833	(1.873.890)	3.160.943	3.290.784	
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.508)	436	(1.072)	(1.035)	
	5.033.325	(1.873.454)	3.159.871	3.289.749	

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Controladora Valor líquido em 30/09/2017
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.194.040	2.655	(112.849)	(574)	3.596	2.086.868
Edificações, obras civis e benfeitorias	283.798	721	(11.759)	(7.917)	46	264.889
Máquinas e equipamentos	631.535	53.854	(33.026)	(13.633)	(3.473)	635.257
Veículos	5.264	121	(726)	(608)	-	4.051
Móveis e utensílios	473	89	(49)	(40)	(169)	304
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.129.346	57.440	(158.409)	(22.772)	-	3.005.605
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.035)	(146)	98	11	-	(1.072)
	3.128.311	57.294	(158.311)	(22.761)	-	3.004.533

	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Consolidado Valor líquido em 30/09/2017
Terrenos	234.230	134	-	-	-	234.364
Reservatórios, barragens e adutoras	2.411.783	2.655	(116.462)	(574)	3.762	2.301.164
Edificações, obras civis e benfeitorias	318.437	1.285	(12.367)	(7.917)	46	299.484
Máquinas e equipamentos	740.641	54.094	(35.819)	(13.683)	(3.639)	741.594
Veículos	5.290	121	(732)	(608)	-	4.071
Móveis e utensílios	582	89	(55)	(40)	(169)	407
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.510.288	58.378	(165.435)	(22.822)	-	3.380.409
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(219.504)	-	-	37	-	(219.466)
	3.290.784	58.378	(165.435)	(22.785)	-	3.160.943
(-) Obrigações especiais (vide nota 20)	(1.035)	(146)	98	11	-	(1.072)
	3.289.749	58.232	(165.337)	(22.774)	-	3.159.871

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 76.036 e R\$ 78.488, respectivamente, as demais informações referentes ao custo atribuído no ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa n.º 11.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

As demais variações dos saldos do ativo imobilizado decorrem da movimentação normal do presente período, sendo a principal variação relacionada à reforma da Usina de Capivara.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

12. INTANGÍVEL

O saldo em 30 de setembro de 2017 é constituído por direitos de uso de software, servidão de passagem, renovação de licença operacional e pelo direito de Uso do Bem Público - UBP.

a) Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	30/09/2017	31/12/2016
Em serviço					
UBP	53.494	(30.826)	22.668	24.056	3,5%
Software	31.026	(22.757)	8.269	3.931	4,9%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	84.595	(53.583)	31.012	28.062	
Em curso					
Software	1.759	-	1.759	739	
	1.759	-	1.759	739	
	86.354	(53.583)	32.771	28.801	
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.208)	1.768	(440)	(723)	
	84.146	(51.815)	32.331	28.078	

	Consolidado					Taxa média anual de amortização
			30/09/2017	31/12/2016		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Em serviço						
UBP	53.497	(30.826)	22.671	24.056	3,5%	
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(823)	3.412	-	25,9%	
Software	31.091	(22.804)	8.287	3.959	4,9%	
Servidão de passagem	262	-	262	262		
	89.085	(54.453)	34.632	28.277		
Em curso						
Software	1.759	-	1.759	739		
Servidão de passagem	14	-	14	17		
	1.773	-	1.773	756		
	90.858	(54.453)	36.405	29.033		
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.208)	1.768	(440)	(723)		
	88.650	(52.685)	35.965	28.310		

b) Movimentação intangível

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Valor líquido em 30/09/2017
UBP	24.056	-	(1.388)	22.668
Renovação LO	-	-	-	-
Software	4.670	6.491	(1.133)	10.028
Servidão de passagem	75	-	-	75
	28.801	6.491	(2.521)	32.771
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(723)	-	283	(440)
	28.078	6.491	(2.238)	32.331

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/09/2017
UBP	24.056	-	(1.388)	3	22.671
Renovação de licença operacional (LO)	-	4.235	(823)	-	3.412
Software	4.698	6.491	(1.143)	-	10.046
Servidão de passagem	279	-	-	(3)	276
	29.033	10.726	(3.354)	-	36.405
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(723)	-	283	-	(440)
	28.310	10.726	(3.071)	-	35.965

As adições no ativo intangível correspondem as aquisições de licenças de softwares que eram de propriedade da antiga controladora da Companhia (vide nota explicativa 1.1). Além disso, a Controlada possui um compromisso junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), referente ao reflorestamento de 676 hectares que foi ativado durante o período corrente.

13. FORNECEDORES

	Controladora					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	519.261	-	519.261	323.026	-	323.026
Materiais e serviços contratados	20.316	-	20.316	8.096	-	8.096
Encargos de uso da rede elétrica	12.881	16.842	29.723	12.722	13.960	26.682
Tust	11.722	-	11.722	11.564	-	11.564
Tusd-g	1.144	16.842	17.986	1.138	13.960	15.098
Encargos de conexão	15	-	15	20	-	20
	552.458	16.842	569.300	343.844	13.960	357.804
	Consolidado					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	530.407	-	530.407	325.865	-	325.865
Materiais e serviços contratados	21.021	-	21.021	8.996	-	8.996
Encargos de uso da rede elétrica	12.921	16.842	29.763	12.762	13.960	26.722
Tust	11.722	-	11.722	11.564	-	11.564
Tusd-g	1.184	16.842	18.026	1.178	13.960	15.138
Encargos de conexão	15	-	15	20	-	20
	564.349	16.842	581.191	347.623	13.960	361.583

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 324.745 na Controladora e R\$ 328.618 no Consolidado (R\$ 206.042 e R\$ 208.597 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à APINE, conforme descrito na nota explicativa n.º 1. Este valor é corrigido monetariamente com base na variação do IGPM (vide nota explicativa n.º 26). O total da rubrica foi significativamente impactado pelas compras de energia ocorrido no MCP, devido ao cenário hidrológico desfavorável no período.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando à íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

14. ARBITRAGEM

Os custos extraordinários incorridos durante a construção da PCH Retiro foram objeto de discussão em procedimento arbitral, instaurado entre a Controlada e a empresa contratada para construção do empreendimento. Em 2012, foi proferida sentença arbitral (arbitragem 45/2009), através da qual restou definida a responsabilidade de cada parte, por tais custos adicionais, restando apenas o cálculo final dos valores correspondentes. A Controlada considerou, no custo total do projeto, valores referentes a eventuais acertos finais decorrentes dessa fase de liquidação, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 15.081.

Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela Controlada, da quantia de R\$ 12.503 (data base dezembro de 2014), com incidência de 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952.

De acordo com o contrato de compra e venda de quotas da Controlada, firmado entre a Companhia e a Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda), esta comprometeu-se a manter aquela totalmente indene

com relação a todos e quaisquer valores adicionais decorrentes da Arbitragem, motivo pelo qual o valor estabelecido pela sentença arbitral foi pago pela Rio Paranapanema Participações S.A. à Controladora.

Os valores pagos foram registrados como reserva de capital, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$ 10.529. A Controlada procedeu o pagamento dessa sentença em 12 de fevereiro de 2016.

Durante o segundo trimestre de 2016 foram feitos pagamentos complementares ao processo da arbitragem, registrados como reserva de capital no montante de R\$ 770, líquido dos efeitos tributários.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com a Sociedade controladora Rio Paranapanema Participações. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 500 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2016).

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante, em 30 de setembro de 2017, é de R\$ 136.083 e R\$ 1.823 respectivamente (R\$ 171.787 e R\$ 1.823 em 31 de dezembro de 2016). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos. O Controlador indireto final é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.212	7.152	2.061	6.030
Benefícios pós-emprego	43	154	76	210
Conselho fiscal	276	805	252	743
	1.531	8.111	2.389	6.983
Pagamento baseado em ações	-	-	-	37
	1.531	8.111	2.389	7.020

A Companhia declara que as informações sobre partes relacionadas descritas na nota explicativa n.º 15.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR.

16. DEBÊNTURES

16.1. Composição e vencimento

a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				30/09/2017					
				Circulante		Não Circulante			
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	1.553	84.903	-	-	-
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	4.075	4.075	250.000	76.461	326.461
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	5.598	85.257	79.683	(267)	79.416
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	7.234	7.234	240.000	56.239	296.239
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	266	160.265	-	-	-
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	417	417	220.000	(1.131)	218.869
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	285	285	200.000	(1.127)	198.873
				323.009	19.428	342.436	989.683	130.175	1.119.858

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/12/2016					
				Circulante		Não Circulante			
3 ^a	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	75.000	5.303	80.303	-	-	-
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.325	10.717	94.042	83.350	(78)	83.272
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.739	8.739	250.000	70.213	320.213
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	3.536	83.195	159.341	(567)	158.774
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	12.195	12.195	240.000	50.410	290.410
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	-	6.909	6.909	160.000	(529)	159.471
				237.984	47.399	285.383	892.691	119.449	1.012.140

b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	2018-2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	176.771	317.879	307.278	208.496	109.434	1.119.858

16.2. Movimentação

	3 ^a Emissão	4 ^a Emissão		5 ^a Emissão		6 ^a Emissão	7 ^a Emissão		Total
		Série Única	Série 1	Série 2	Série 1		Série Única	Série 1	
		80.303	177.314	328.952	241.969	302.605	166.380	-	1.297.523
Movimentação das debêntures									
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	-	220.000	200.000	420.000
Custos de transação	-	-	-	-	-	-	(1.771)	(1.771)	(3.542)
Amortização de custos de transação	-	117	58	300	214	590	49	30	1.358
Apropriação de juros	267	12.372	14.909	17.655	15.653	15.265	1.008	638	77.767
Apropriação de variação monetária	-	-	6.190	-	5.614	-	-	261	12.065
Pagamento de debêntures	(75.000)	(83.325)	-	(79.659)	-	-	-	-	(237.984)
Pagamento de juros	(5.570)	(21.575)	(19.573)	(15.592)	(20.613)	(21.970)	-	-	(104.893)
Saldo em 30 de Setembro de 2017	-	84.903	330.536	164.673	303.473	160.265	219.286	199.158	1.462.294

As principais variações do saldo de Debêntures foram resultantes da captação relativa a 7^a emissão de debêntures (série 1 e 2) (vide nota 16.3), compensado pela quitação da 3^a emissão, pelo pagamento de parcela da 4^a e 5^a emissões, pelo pagamento de juros da 4^a (série 1 e 2), 5^a (séries 1 e 2) e 6^a (série única) emissões ocorridas ao longo do período.

As demais variações decorrem da movimentação normal do período, estando as informações relacionadas descritas na íntegra na nota explicativa n.^o 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

16.3. Sétima emissão de debêntures

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia emitiu captação de R\$ 420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quiografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 3 (três) anos e a segunda é composta de 200.000 (duzentas mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 05 (cinco) anos, totalizando assim 420.000 (quatrocentas e vinte mil) debêntures.

As liberações efetivas dos recursos oriundos da primeira e segunda séries ocorreram em 12 de setembro de 2017 e não houveram juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RD"); (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de junho de 2017 e; (iv) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 17 de julho de 2017 ("AGE") que aprovou proposta apresentada pelo Banco Bradesco BBI S.A.

A destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para o pagamentos do (i) principal da segunda parcela de amortização das debêntures da terceira emissão da Companhia; (ii) principal da segunda parcela de amortização das debêntures da quarta emissão da primeira série da Companhia; (iii) principal da primeira parcela de amortização das debêntures da quinta emissão da primeira série da Companhia; (iv) principal da Cédula de Crédito Bancário (CCB) da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Os juros remuneratórios da sétima emissão de debêntures da primeira série correspondem a 100% da variação acumulada do CDI, acrescidos de juros de 0,40% a.a. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,90% a.a.

16.4. Covenants Financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas ("covenants") previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

16.5. Covenants Não Financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

17. EMPRÉSTIMO

17.1. Composição e vencimento

a) Composição

Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
		30/09/2017			31/12/2016		
		Circulante		Circulante			
Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total		
Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	-	-	-	181.000	49.228	230.228

b) Vencimento

Em função do vencimento o empréstimo foi quitado em Maio de 2017.

17.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2016	230.228
Apropriação juros	10.426
Pagamento de juros	(59.654)
Pagamento de principal	(181.000)
Saldo em 30 de setembro de 2017	-

As variações do saldo de Empréstimo decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 17 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Circulante	890	890
Não circulante	9.718	9.936
	10.608	10.826

As variações do saldo de Cibacap decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 30 de setembro de 2017, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide nota explicativa n.º 26):

Despesa/(receita) do período reconhecida no resultado do trimestre

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Custo do serviço corrente	748	2.211	452	1.366
Juros sobre obrigação atuarial	6.375	19.125	5.846	17.538
Rendimento esperado do ativo do plano	(6.867)	(20.601)	(7.074)	(21.222)
Juros sobre a restrição do ativo	466	1.398	1.199	3.597
	722	2.133	423	1.279

As variações do saldo de Plano de Pensão e Aposentadoria decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas envolvendo riscos de perda revisados por nossos consultores jurídicos externos como provável e possível descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 20 daquelas demonstrações financeiras.

20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

a) Composição

	Controladora			
	Provisão	Depósito judicial	30/09/2017	31/12/2016
			Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	13.268	(3.284)	9.984	9.571
Fiscais	17.828	(794)	17.034	16.891
Ambientais	6.182	(167)	6.015	6.239
	37.278	(4.245)	33.033	32.701

	Consolidado			
	Provisão	Depósito judicial	30/09/2017	31/12/2016
			Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	13.708	(3.312)	10.396	9.951
Fiscais	17.828	(794)	17.034	16.891
Ambientais	6.182	(167)	6.015	6.239
	37.718	(4.273)	33.445	33.081

b) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.571	16.891	6.239	32.701
Contingências				
Provisões do período	428	-	-	428
Reversões do período	(162)	-	(313)	(475)
Atualizações de contingências	821	188	256	1.265
Acordos / pagamentos do período	(137)	-	-	(137)
	950	188	(57)	1.081
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(186)	(45)	-	(231)
(Adições)	(556)	-	(167)	(723)
Baixas	205	-	-	205
	(537)	(45)	(167)	(749)
Saldo em 30 de setembro de 2017	9.984	17.034	6.015	33.033

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.951	16.891	6.239	33.081
Contingências				
Provisões do período	428	-	-	428
Reversões do período	(162)	-	(313)	(475)
Atualizações de contingências	856	188	256	1.300
Acordos / pagamentos do período	(137)	-	-	(137)
	985	188	(57)	1.116
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(189)	(45)	-	(234)
(Adições)	(556)	-	(167)	(723)
Baixas	205	-	-	205
	(540)	(45)	(167)	(752)
Saldo em 30 de setembro de 2017	10.396	17.034	6.015	33.445

20.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	15.865	6.817	16.377	8.064
Fiscais	140.333	134.040	140.333	134.040
Ambientais	26.128	23.616	26.128	23.616
Regulatórias	96.464	83.260	96.464	83.260
Cíveis	8.355	6.881	8.355	6.881
	287.145	254.614	287.657	255.861

As demais variações de Contingências Possíveis decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota n.º 11)		
Doações de equipamentos - ONS	532	556
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	540	479
	1.072	1.035
Provenientes do ativo intangível (vide nota n.º 12)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - Software	440	723
	1.512	1.758

(*) Obrigações vinculadas à concessão

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

22. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
RGR - Quota de juros	-	-	-	12	-	12
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.923	-	11.923	14.398	-	14.398
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	461	-	461	465	-	465
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	13.210	6.297	19.507	12.940	8.647	21.587
	25.594	6.297	31.891	27.815	8.647	36.462
	Consolidado					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
RGR - Quota de juros	-	-	-	12	-	12
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.923	-	11.923	14.398	-	14.398
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	467	-	467	472	-	472
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	13.210	6.297	19.507	12.940	8.647	21.587
	25.600	6.297	31.897	27.822	8.647	36.469

Vide comentários adicionais na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social autorizado da Controladora é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e

setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 30/09/2017 (Em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
China Three Gorges Luxembourg Energy SARL RV	-	-	1.071	1,70	1.071	1,13
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	3	0,01	1.019	1,62	1.022	1,08
Duke Energy International Brazil Holdings S.A.R.L.	-	-	735	1,17	735	0,78
Demais pessoas físicas e jurídicas	294	0,93	2.280	3,62	2.574	2,73
	31.478	100,00	62.955	100,00	94.433	100,00

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

23.2. Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota n.º 8.1)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.720	1.720
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	17.196	17.196
	116.804	116.804

23.3. Reservas de Lucros

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Reserva legal	150.471	150.471
Plano de pensão	6.264	5.282
	156.735	155.753

23.4. Lucros acumulados

a) Composição de lucros acumulados

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	
Lucro líquido no período	215.478	
Depreciação (custo atribuído)	76.033	
Baixas (custo atribuído)	9.603	
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(29.116)	
	271.998	

b) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Dividendos propostos	-	173.710
Juros sobre capital próprio a pagar	521	53.411
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	2.794	1.571
	3.315	228.692

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

23.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado		
	Custo atribuído	Plano de pensão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.293	-	660.293
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial			
Ajuste de depreciação de exercícios anteriores	(6.820)	-	(6.820)
Depreciação	(76.033)	-	(76.033)
Baixa	(9.603)	-	(9.603)
IRPJ/CSLL diferidos	29.116	-	29.116
	(63.340)	-	(63.340)
Resultado abrangente			
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	1.488	1.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(506)	(506)
	-	982	982
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	(982)	(982)
Saldo em 30 de setembro 2017	596.953	-	596.953

As baixas apresentadas refletem a baixa de itens registrados a partir da reavaliação do ativo, pela adoção inicial do IFRS.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	341.551	996.229	336.605	982.687
Contratos de leilões	8.503	25.871	17.695	62.088
Mercado de curto prazo - MCP	2.348	154.985	4.625	1.030
Mecanismo de realocação de energia - MRE	21.674	36.689	18.237	54.786
	374.076	1.213.774	377.162	1.100.591
Outras receitas	77	300	63	245
	374.153	1.214.074	377.225	1.100.836
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(35.745)	(104.013)	(32.082)	(97.778)
ICMS	(5.533)	(16.456)	(5.069)	(14.724)
P&D	(3.138)	(10.391)	(3.087)	(8.954)
	(44.416)	(130.860)	(40.238)	(121.456)
Receita operacional líquida	329.737	1.083.214	336.987	979.380

	Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	350.348	1.021.151	343.914	1.007.235
Contratos de leilões	8.503	25.871	17.695	62.088
Mercado de curto prazo - MCP	2.364	155.707	4.721	1.151
Mecanismo de realocação de energia - MRE	21.674	36.703	18.242	55.085
	382.889	1.239.432	384.572	1.125.559
Outras receitas	77	300	63	245
	382.966	1.239.732	384.635	1.125.804
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(36.072)	(104.963)	(32.367)	(98.737)
ICMS	(5.533)	(16.456)	(5.069)	(14.724)
P&D	(3.138)	(10.391)	(3.087)	(8.954)
	(44.743)	(131.810)	(40.523)	(122.415)
Receita operacional líquida	338.223	1.107.922	344.112	1.003.389

25. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

25.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	01/07/2017 a 30/09/2017		01/07/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.945.395	341.551	1.904.032	336.605
Contratos de leilões	53.875	8.503	118.539	17.695
Mercado de curto prazo (MCP)	3.787	2.348	-	4.625
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.981.192	21.674	1.534.518	18.236
	3.984.249	374.076	3.557.089	377.161

	Controladora			
	01/01/2017 a 30/09/2017		01/01/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	5.676.148	996.229	5.831.164	982.687
Contratos de leilões	163.918	25.871	417.506	62.087
Mercado de curto prazo - MCP	728.247	154.985	(31.675)	1.030
Mecanismo de realocação de energia - MRE	3.703.013	36.689	4.531.239	54.787
	10.271.326	1.213.774	10.748.234	1.100.591
	Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017		01/07/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.981.228	350.348	1.935.243	343.913
Contratos de leilões	53.875	8.503	118.539	17.695
Mercado de curto prazo (MCP)	3.787	2.364	-	4.721
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.981.192	21.674	1.534.604	18.243
	4.020.082	382.889	3.588.386	384.572
	Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017		01/01/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	5.777.987	1.021.151	5.939.681	1.007.235
Contratos de leilões	163.918	25.871	417.506	62.087
Mercado de curto prazo - MCP	732.188	155.707	(32.269)	1.151
Mecanismo de realocação de energia - MRE	3.704.360	36.703	4.556.013	55.086
	10.378.453	1.239.432	10.880.931	1.125.559

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A redução no saldo de contrato de leilões foi influenciado principalmente pela rescisão de contratos de clientes no último trimestre de 2016.

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 30 de setembro de 2017:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2017	2016	2017	2016
Energia disponível para venda	1.031	1.029	16	16
ACR	25	55	-	-
2016 (3 anos)	25	55	-	-
ACL	755	879	15	16
Contratos bilaterais de venda de energia	874	879	15	16
Contratos bilaterais de compra de energia	119	-	-	-
Energia livre para contratação	250	95	0	0
Percentual de energia contratada	75,7%	90,8%	97,2%	100,0%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

25.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora			
	01/07/2017 a 30/09/2017		01/07/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	462.840	197.918	-	-
Mercado de curto prazo (MCP)	143.445	7.414	228.127	31.636
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	-	-
	606.285	205.332	228.127	31.636
	Controladora			
	01/01/2017 a 30/09/2017		01/01/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	724.248	269.788	-	-
Mercado de curto prazo - MCP	143.445	8.182	367.581	63.808
Mecanismo de realocação de energia - MRE	-	-	-	-
	867.693	277.970	367.581	63.808
	Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017		01/07/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	462.840	197.918	-	-
Mercado de curto prazo (MCP)	152.582	13.094	231.176	32.042
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	18.515	369	15.694	291
	633.937	211.381	246.870	32.333
	Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017		01/01/2016 a 30/09/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	724.248	269.788	-	-
Mercado de curto prazo - MCP	157.160	15.100	383.713	65.286
Mecanismo de realocação de energia - MRE	32.170	682	11.484	240
	913.578	285.570	395.197	65.526

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A variação na linha no MCP foi devido às compras de energia do período, não serem liquidadas na sua totalidade no ambiente CCEE. Para suprir essa exposição de energia foram firmados contratos bilaterais.

O saldo de energia elétrica comprada para revenda teve aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido à necessidade de cobertura de lastro em razão do cenário hídrico desfavorável.

25.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Tust	27.465	79.808	25.817	72.587
Tusd-g	2.904	8.585	2.660	7.846
Encargos de conexão	23	144	61	184
	30.392	88.537	28.538	80.617

	Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Tust	27.465	79.808	25.817	72.587
Tusd-g	3.024	8.947	2.777	8.197
Encargos de conexão	23	144	61	184
	30.512	88.899	28.655	80.968

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 25.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receitas				
Aplicações financeiras	12.140	46.937	17.663	45.090
Variações monetárias	5.326	19.398	2.947	8.105
Depósitos judiciais	2.134	6.830	2.946	8.104
Outras	-	-	1	1
CIBACAP	73	350	-	-
Atualização monetária de referente a liminar GSF	3.119	12.218	-	-
Juros e descontos obtidos	38	454	129	1.077
	17.504	66.789	20.739	54.272
Despesas				
Juros debêntures	(23.129)	(77.767)	(30.520)	(91.978)
Juros empréstimos	-	(10.426)	(8.210)	(23.090)
Variações monetárias	(5.827)	(25.308)	(11.534)	(61.948)
Debêntures	(1.228)	(12.065)	(7.164)	(35.559)
Tusd-g	(1.877)	(6.330)	(2.560)	(7.208)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(527)	(1.642)	(570)	(1.961)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(1.932)	(4.543)	(963)	(15.939)
Outras	(263)	(728)	(277)	(1.281)
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures	-	-	774	774
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 19)	(722)	(2.133)	(423)	(1.279)
Outras despesas financeiras	(2.411)	(6.325)	(1.749)	(4.010)
	(32.089)	(121.959)	(51.662)	(181.531)
	(14.585)	(55.170)	(30.923)	(127.259)

	Consolidado			
	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receitas				
Aplicações financeiras	13.613	51.509	19.150	49.103
Variações monetárias	5.404	19.657	3.000	8.277
Depósitos judiciais	2.174	6.966	2.999	8.276
Outras	-	-	1	1
CIBACAP	73	350	-	-
Atualização monetária de referente a liminar GSF	3.157	12.341	-	-
Juros e descontos obtidos	61	534	169	1.182
	19.078	71.700	22.319	58.562
Despesas				
Juros debêntures	(23.129)	(77.767)	(30.520)	(91.205)
Juros empréstimos	-	(10.426)	(8.210)	(23.090)
Variações monetárias	(5.858)	(25.385)	(11.556)	(63.033)
Debêntures	(1.228)	(12.065)	(7.164)	(35.559)
Tusd-g	(1.877)	(6.330)	(4.959)	(7.208)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(537)	(1.676)	(585)	(2.072)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(1.953)	(4.586)	(970)	(16.059)
Outras	(263)	(728)	2.122	(2.135)
Recuperação de juros e atualização monetária de debêntures	-	-	774	-
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 19)	(722)	(2.133)	(423)	(1.279)
Outras despesas financeiras	(2.415)	(6.349)	(1.755)	(4.019)
	(32.124)	(122.060)	(51.690)	(182.626)
	(13.046)	(50.360)	(29.371)	(124.064)

27. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	30/09/2017			30/09/2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	323.166				354.805	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	80.792	29.085	109.877	88.701	31.932	120.633
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(1.695)	55	(1.640)	(1.695)	55	(1.640)
Despesas indevidáveis	1.094	155	1.249	922	172	1.094
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	177	64	241	-	-	-
Equivalência de controladas	(1.477)	(532)	(2.009)	(2.071)	(746)	(2.817)
Outros	(74)	44	(30)	43	4	47
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.817	28.871	107.688	85.900	31.417	117.317
IRPJ e CSLL correntes	185.106	67.135	252.241	127.021	46.221	173.242
IRPJ e CSLL diferidos	(106.289)	(38.264)	(144.553)	(41.121)	(14.804)	(55.925)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.817	28.871	107.688	85.900	31.417	117.317
Alíquota efetiva	24,4%	8,9%	33,3%	24,2%	8,9%	33,1%

	Consolidado					
	30/09/2017			30/09/2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		325.596			357.055	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	81.399	29.304	110.703	89.264	32.135	121.399
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(1.695)	55	(1.640)	(1.695)	55	(1.640)
Despesas indevidáveis	1.094	155	1.249	922	172	1.094
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	177	64	241	-	-	-
Equivalência de controladas	(1.477)	(532)	(2.009)	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	1.106	498	1.604	(1.053)	(278)	(1.331)
Outros	(74)	44	(30)	42	3	45
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	80.530	29.588	110.118	87.480	32.087	119.567
IRPJ e CSLL correntes	186.820	67.852	254.672	128.601	46.891	175.492
IRPJ e CSLL diferidos	(106.290)	(38.264)	(144.554)	(41.121)	(14.804)	(55.925)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	80.530	29.588	110.118	87.480	32.087	119.567
Alíquota efetiva	24,7%	9,1%	33,8%	24,5%	9,0%	33,5%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

28. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Preferenciais	(14.528)	143.652	55.920	158.326
Ordinários	(7.265)	71.826	27.960	79.163
	(21.793)	215.478	83.880	237.489
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478	31.478	31.478
	94.433	94.433	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação				
Preferenciais	(0,23077)	2,28181	0,88825	2,51488
Ordinários	(0,23077)	2,28181	0,88825	2,51488

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para esse ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 28 daquelas demonstrações financeiras.

29.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do Valor Justo (vide nota 2.1)	30/09/2017		31/12/2016	
			Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis		983.117	983.117	852.563	852.563
Clientes	Empréstimos e recebíveis		139.644	139.644	135.892	135.892
			1.122.761	1.122.761	988.455	988.455
Passivos						
Fornecedores	Outros passivos financeiros		564.349	564.349	347.622	347.622
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros passivos financeiros		3.315	3.315	228.692	228.692
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros		31.897	31.897	36.469	36.469
Debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.462.294	1.493.883	1.297.523	1.237.089
Empréstimo	Outros passivos financeiros	Nível 2	-	-	230.228	188.298
			2.061.855	2.093.444	2.140.534	2.038.170

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2016 e no período de nove meses, findos em 30 de setembro de 2017. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

29.2. Risco de liquidez

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado					
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65 % ao ano	-	-	90.080	-	-	90.080
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	-	-	20.352	21.560	467.879	509.791
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89 % ao ano	7.849		85.861	-	85.273	178.983
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	-	-	21.336	128.601	250.795	400.732
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00 % ao ano	-	-	174.615	-	-	174.615
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40 % ao ano		-	15.216	17.634	238.389	271.239
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	-	-	10.955	12.620	272.473	296.048
			7.849	-	418.415	180.415	1.314.809	1.921.488

30. SEGUROS

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares		
	Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018	Vigência 29/12/2016 à 04/08/2017	Vigência 31/12/2015 à 31/12/2016
Risco operacional	2.000.000	2.000.000	1.955.000
Responsabilidade civil	110.000	110.000	19.550
Lucro cessante	1.137.596	-	1.730.865

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 29 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Dividendos e JSCP propostos	-	414.838
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	56.520	71.850
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	982	567
IR diferido sobre plano de pensão	506	292

32. COMPROMISSOS

32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Liquidação financeira (CCEE)

Das liquidações que ocorreram em outubro, no montante de R\$ 47.797, R\$ 10.160 refere-se à operação normal de venda de energia no mercado de curto prazo (MRE/MCP) e R\$ 37.637 refere-se a liminar concedida a APINE.

33.2. Dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2017, resultou aprovada a proposta do Conselho de Administração da Companhia quanto à distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre do exercício de 2017, no montante global de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), a ser debitado integralmente à conta de lucro líquido do respectivo exercício, e alocado às ações preferenciais ou ordinárias à razão de R\$ 1,270738411 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii) do Artigo 5º e no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, sendo certo ainda que o total dos dividendos aprovados na Assembléia Geral Extraordinária será pago até o dia 31 de dezembro de 2017 e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e efetivo crédito aos Acionistas e deverá ser necessariamente considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na Assembleia Geral Ordinária de 2018, conforme previsão estatutária e legal.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconselos
Membro Efetivo

Eliseu Nogueira de Andrade
Membro Efetivo

Narciso Meschiatti Filho
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Yinsheng Li
Diretor Executivo Presidente

Carlos Alberto Dias Costa
Diretor Executivo de Operações e Meio Ambiente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Executivo Financeiro, de
Controles Internos e Informática e Diretor Executivo
de Relações com Investidores

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Plautius Soares André Filho
Diretor Executivo Comercial

Antonio Patrício Franco Martins
Gerente Geral de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho
Contador - 1SP-101290/O-0